

CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Rua Camilo Ermelindo da Silva, nº 1270, Bairro Vila Planalto, Dourados, Mato Grosso do Sul,
CEP 79.826-070.

CNPJ: 07.327.045/0001-14

Demonstrações Contábeis Individuais em 30 de junho de 2025

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Parecer dos Auditores Independentes .

Demonstrações divulgadas em 30/09/2025 no site

<http://www.corporeinvest.com.br/>

A Diretoria da **Corpore** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Marcelo Susumu Takahashi Fuziy
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3

Termo Declaratório

Eu, MARCELO SUSUMU TAKAHASHI FUZY, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Setembro de 2025

Marcelo Susumu Takahashi Fuziy
Diretor Responsável

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: A Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025. Pretendemos para o próximo semestre manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2025

BALANÇO PATRIMONIAL					
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
ATIVO	NE	30/06/2025	PASSIVO	NE	30/06/2025
CIRCULANTE		1.636	CIRCULANTE		14
Disponibilidades		46	Depósitos		0
			Outros Depósitos		0
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	5	1			
Carteira Própria		1	Outras obrigações	9	14
			Cobrança e arrec. de tributos		3
Operações de crédito	6	1.569	Sociais e Estatutárias		0
Operações de crédito		1.635	Fiscais e Previdenciárias		8
(-) Provisões p/ perdas associadas ao risco de crédito		-66	Diversas		3
Outros créditos	7	20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	1.866
Antecipações de Impostos		8	Capital Social		1.866
Diversos		12	Capital		2.000
			Reserva de Lucros		-134
NÃO CIRCULANTE		244			
Operações de crédito	6	181			
Operações de crédito		270			
(-) Provisões p/ perdas associadas ao risco de crédito		-89			
Imobilizado	8	63			
Outras Imobilizações de Uso		88			
(-) Depreciações Acumuladas		-25			
TOTAL DO ATIVO		1.880	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		1.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	NE	01/01 a 30/06/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>269</u>
Operações de crédito		241
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		5
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		23
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>3</u>
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		3
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>272</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>-333</u>
Rendas de tarifas bancárias		22
Despesas de pessoal	13	-61
Outras despesas administrativas	12	-257
Despesas tributárias	14	-27
Outras despesas operacionais		-10
RESULTADO OPERACIONAL		<u>-61</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		<u>-2</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		<u>-63</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11	<u>-2</u>
Provisão para imposto de renda		-1
Provisão para contribuição social		-1
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>-65</u>
Lucro por ação		(0,0348)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
<i>*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>	
	01/01 a 30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>-65</u>
Outros Resultados Abrangentes	-15
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>-80</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.	

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
Eventos	Capital Realizado	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro 2024	2.000	(54)	1.946
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	(15)	(15)
2 - Aumento de Capital	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	(65)	(65)
4 - Destinações:	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2025	2.000	(134)	1.866
Mutações do Exercício	-	(80)	(80)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado	
	01/01 a 30/06/2025
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais	
1.1 Lucro/Prejuízo do período	-65
1.2 Ajustes por Depreciação	-257
1.3 Ajustes por Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	104
2. Variação de Ativos e Obrigações	-63
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	139
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-174
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	-3
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	-24
2.7 Aumento (Redução) Diversos	-1
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-281
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	274
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	274
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	-15
5.5 Ajuste no Resultado 4.966	-15
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	-22
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	68
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DO SEMESTRE FINDO EM 30 de JUNHO DE 2025 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., constituída em 14 de abril de 2005, autorizada a companhia tem como objeto social a prática de (i) operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; (ii) prestação de serviços de análise de crédito de cobrança.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução vigente estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021, as instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., avaliou os eventos subsequentes até o dia 10 de setembro de 2025, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela nas normas vigentes..

f) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela norma vigente e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas: os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

j) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO 4966

a. Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b. Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e também para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c. Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos

A instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado
CDBs	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d. Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e. Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f. Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g. Provisão para Perdas Esperadas

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h. Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i. Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários reconhecidos por **Custo Amortizado** seguem a seguinte composição:

	30/06/2025
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	1
Certificado de Depósito Bancário	1

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Valores em reais

Abaixo a composição das operações de crédito reconhecidas por **Custo Amortizado**.

MODALIDADE	(SALDO CONTABIL BRUTO	PERDA INCORRIDA	PERDA ADICIONAL	PROVISÃO DE PERDAS	SALDO CONTABIL LIQUIDO
EMPRÉSTIMO	855.640,87	19.286,68	85.832,64	105.119,32	750.521,55
DESCONTO	10.633,05	0,00	202,03	202,03	10.431,02
EMPRÉSTIMO	1.039.629,55	26.859,95	23.290,08	50.150,03	989.479,52
EMPRÉSTIMO TOTAL	1.895.270,42	46.146,63	109.122,72	155.269,35	1.740.001,07
DESCONTO TOTAL	10.633,05	0,00	202,03	202,03	10.431,02
TOTAL GERAL	1.905.903,47	46.146,63	109.324,75	155.471,38	1.750.432,09

Constituição para provisão para crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco:

METODOLOGIA SIMPLIFICADA

CARTEIRA 3	10.633,05
Não Problemáticos	10.633,05
De 0 a 14 dias de atraso	10.633,05
CARTEIRA 5	1.895.270,42
Não Problemáticos	1.830.582,79
De 0 a 14 dias de atraso	1.512.491,22
De 15 a 30 dias de atraso	49.572,39
De 31 a 60 dias de atraso	119.866,19
De 61 a 90 dias de atraso	148.652,99
Problemáticos Adimplidos	0
De 0 a 90 dias de atraso	0
Problemáticos Inadimplidos	64.687,63
Inadimplido - período igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	33.955,42
Inadimplido - período igual ou maior que 11 e menor que 12 mes	30.732,21

7. OUTROS CRÉDITOS

O saldo de outros créditos diversos é composto da seguinte forma:

	<u>30/06/2025</u>
Diversos	20
Antecipação de Impostos	8
Devedores Diversos	12

8. IMOBILIZADO

O ativo permanente da instituição é composto por Móveis e Equipamentos de uso com taxa de depreciação de 10% a.a. e Veículos com taxa de depreciação de 20% a.a.

	<u>30/06/2025</u>
Imobilizado	63
Veículos	88
(-) Depreciações Acumuladas	-25

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

30/06/2025

Outras Obrigações

Cobrança e Arrecadação de Tributos	14
Fiscais e Previdenciárias	3
Credores Diversos País	8
	3

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em reais

Capital Social

O capital social ao final de 30 de junho de 2025 era de R\$ 2.000.000,00.

Prejuízos Acumulados

A Instituição apurou prejuízo de R\$ 65.498,92 no semestre vigente, ficando com um saldo final de prejuízos acumulados de R\$ 133.641,44.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Valores em reais

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

DISCRIMINAÇÃO	30/06/2025
Contas de Resultado Credoras	292.140,04
Contas de Resultado Devedoras	-356.047,64
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	63.907,60
(+) Adições	2.033,49
(-) Exclusões	-18186,05
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	9.472,12
(-) Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	-2.81,64
Lucro Tributário Real	6.630,48
Imposto de Renda – (15% + 10% adicional)	994,57
Contribuição Social- 9%	596,74

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Segue a composição das Outras Despesas Administrativas;

	01/01 a 30/06/2025
Comunicações	(3)
Processamento de Dados	(21)
Seguros	(2)
Serviços do Sistema Financeiro	(1)
Serviços de Terceiros	(24)
Serviços Técnicos Especializados	(69)
Depreciação e Amortização	(17)
Outras Despesas Administrativas	(30)
Despesas de Provisão	(90)
Total	(257)

13. DESPESAS DE PESSOAL

Segue a composição das Despesas de Pessoal;

	01/01 a 30/06/2025
Proventos	(33)
Encargos	(18)
Benefícios	(10)
Total	(61)

14. DESPESAS TRIBUTARIAS

Segue a composição das Despesas Tributária;

**01/01 a
30/06/2025**

COFINS	(11)
PIS	(3)
Tributos e Taxas	(13)
Total	(27)

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na

esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

16. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basiléia)

Valores em reais

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme norma vigente. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basiléia Simplificado ficou em 110,07% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de junho 2025 em R\$ 1.866.358,56.

17. IMPACTO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a empresa revisou a classificação e mensuração de seus ativos financeiros. Como resultado dessa reavaliação, identificou-se uma diminuição total de R\$ 15.089,63 no patrimônio líquido, decorrente da reclassificação da mensuração inicial de provisões ativas. Essa reclassificação reflete de maneira mais adequada o valor justo desses instrumentos financeiros, alinhando-os às práticas contábeis internacionais e proporcionando uma representação mais precisa da posição financeira da empresa.

ATIVO	VALOR AJUSTE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	% PL
Operações de Crédito	- R\$ 15.089,63	R\$ 1.931.857,48	- 0,78%

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2025 foi autorizada pelos sócios da Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., em 10 setembro de 2025.



AUDITORES
INDEPENDENTES

HÁ MAIS DE 49 ANOS AUDITANDO COM EXCELÊNCIA E CREDIBILIDADE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

30 de junho de 2025



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Acionistas e Conselheiros da
CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Dourados - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício de 2024

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, com relatório emitido em 31 de março de 2025, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 10 de setembro de 2025.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

GUILHERME LUIS
SILVA:812467490
04

Assinado digitalmente por GUILHERME LUIS
SILVA:8124674904
CNPJ: 08.000.000/0001-00, OI=80672587000114, OI+
PRESENCIAL, OI=Secretaria de Receita Federal do
Brasil - REFB, OI=REFE e CPF, AS, OI=EM BRANCO, OI+
AC Instituto Fomento RFB, CN=GUILHERME LUIS
SILVA:8124674904
Resumo: Eu sou o autor deste documento
Data: 2025.09.10 10:28:05 -0300
Versão: PDF Reader Versão: 2025.0.0

Guilherme Luis Silva
Contador CRC/SC 19.408/O-2



AUDITORES INDEPENDENTES

HÁ MAIS DE 49 ANOS AUDITANDO COM EXCELÊNCIA E CREDIBILIDADE